

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DO ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDOS DE INVESTIMENTO			
Número do Termo de Análise de Credenciamento		65/2023	
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)		2023.A.03252	
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo	Governo do Estado do Amazonas	CNPJ	04.312.369/0001-90
Unidade Gestora do RPPS	Fundação Amazonprev	CNPJ	04.986.163/0001-46
II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA		ADMINISTRADOR	GESTOR
Razão Social	BC GESTAO DE RECURSOS LTDA.	CNPJ	08.752.088/0001-00
Endereço	RUA MINAS DE PRATA, 30 CONJ: 161; VILA OLIMPIA – SP CEP: 04.552-080	Data Constituição	09/04/2007
E-mail (s)	felipe.graner@brasil-capital.com	Telefone (s)	11-5105-0612
Data do registro na CVM	30/04/2008	ADMINISTRADOR DE CARTEIRA DE VALORES MOBILIÁRIOS	
Data do registro no BACEN		Categoria (s)	
Principais contatos com RPPS		Cargo	E-mail
			Telefone
Felipe Graner			felipe.graner@brasil-capital.com (11) 51052-0600
Juliana Klarnet			klarnet@brasil-capital.com (11) 51052-0600
A instituição atende ao previsto nos incisos I e II do § 2º art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021?		Sim	X
A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?		Sim	X
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?		Sim	X
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?		Sim	X
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?		Sim	X
Em caso de Administrador de fundo de investimento, este detém no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social?		Sim	
III - DAS CLASSES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA:			
	Art. 7º, I, "b"		Art. 8º, II
	Art. 7º, I, "c"		Art. 9º, I
	Art. 7º, III, "a"		Art. 9º, II
	Art. 7º, III, "b"		Art. 9º, III
	Art. 7º, IV		Art. 10, I
	Art. 7º, V, "a"		Art. 10, II
	Art. 7º, V, "b"		Art. 10, III
	Art. 7º, V, "c"		Art. 11
X	Art. 8º, I		
IV - FUNDOS ADMINISTRADOS/GERIDOS PELA INSTITUIÇÃO PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTOS:		CNPJ	Data da Análise
Brasil Capital RP Institucional FIC Ações		40.129.641/0001-65	
V - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO			
Estrutura da Instituição	A Brasil Capital é uma gestora de recursos independente, com escritórios no Brasil e nos Estados Unidos, focada em investimentos de longo prazo em companhias brasileiras. Originalmente voltada para a gestão de recursos próprios, a estrutura foi ampliada e hoje são geridos recursos próprios e de terceiros, que incluem clientes institucionais brasileiros e estrangeiros, pessoas físicas e family offices.		
Segregação de Atividades	A empresa possui uma única atividade: Gestão de Recursos.		
Qualificação do corpo técnico	A equipe foi montada ao longo dos anos com pessoas de formação complementar, capacidade crítica, espírito empreendedor, objetivos comuns e ampla experiência no mercado de capitais brasileiro. A Brasil Capital é uma partnership (sociedade) e todos os seus membros são incentivados e elegíveis a se tornar sócios, de acordo com desempenho, meritocracia e alinhamento de interesses. Existe forte ênfase à cultura, aos processos na tomada de decisões, à nossa reputação e à construção de um histórico sólido e consistente.		
Histórico e experiência de atuação	A Brasil Capital é uma gestora de fundos de ações fundada em 2008 e focada em companhias brasileiras. A filosofia de investimento é lastreada em empresas vencedoras, com administração e acionistas competentes e honestos e uma ampla margem de segurança. Ao analisar oportunidades de investimento, são priorizados os aspectos qualitativos e quantitativos na análise fundamentalista das companhias, incluindo critérios ambientais, sociais e de governança (ESG – Environmental, Social and Governance), sempre com o horizonte de longo prazo.		
Principais Categorias e Fundos ofertados	Fundos de Ações.		
Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão	Os fundos estão expostos ao risco de renda variável (ações). A Gestora possui rigoroso controle de riscos relacionados à sua estratégia de atuação.		
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	A gestora não possui qualquer pendência.		
Regularidade Fiscal e Previdenciária	A gestora não possui qualquer pendência.		



Volume de recursos sob administração/gestão	R\$ 5,9 Bilhões - Junho/2023
Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão	A gestora possui histórico consistente de rentabilidade, com o fundo "flagship" tendo sido lançado ainda em 2008.
Embasamento em formulários de diligência previstos em códigos de autorregulação relativos à administração de recursos de terceiros	A Gestora possui formulários Anbima de diligência preenchidos.
Outros critérios de análise	Histórico de Retornos ; Estratégia e Filosofia de Investimentos bem delimitada ; Reputação llibada; Governança Robusta ; Estrutura operacional e comercial robustas;

VI - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO:

Conforme Parecer COMIV nº. 077/2023, todos os critérios definidos no Edital de Credenciamento, foram atendidos pela instituição, aprovado pela Diretoria 11/05/2023

Local:			Data
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura
Alan Nascimento	Coordenador	XXX.XXX.XXX-00	Assinado eletronicamente

Documento Assinado por: ALAN CYNARA B NASCIMENTO em 25/07/2023 12:52:25
Documento Assinado por: MARIA NEBLINA MARAES em 09/08/2023 13:02:20

Documento assinado eletronicamente 337746/2023
AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS
Acesse: <https://www.portaldosegurado.am.gov.br/validar>
e valide o código: MzMNZQZ



CRENCIAMENTO DE ADMINISTRADOR OU GESTOR DE FUNDO DE INVESTIMENTO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/21, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão realizar o prévio credenciamento das instituições administradoras e gestoras dos fundos de investimento em que serão aplicados os recursos. O § 3º do art. 1º da Resolução dispõe que credenciamento deverá observar, dentre outros critérios, o histórico e a experiência de atuação, o volume de recursos sob a gestão e administração da instituição, a solidez patrimonial, a exposição a risco reputacional, padrão ético de conduta e aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº1.467/22, sendo que o art. 106,IV, dispõe que "A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet".

A Resolução CMN nº 4.963/2021 (inciso I, § 2º, do art. 21) manteve a exigência das aplicações de recursos dos RPPS serem realizadas apenas em fundos de investimento em que o administrador ou gestor do fundo seja instituição autorizada a funcionar pelo BACEN, obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos das Resoluções CMN nº 4.910, de 27 de maio de 2021, e nº 4.557, de 23 fevereiro de 2017, respectivamente. Além disso, as pessoas jurídicas deverão ser registradas como administradores de carteiras de valores mobiliários (nos termos da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021).

Na prática do mercado, essas condições estão mais relacionadas aos administradores dos fundos de investimento, aos quais, adicionalmente ao requisito dos comitês de auditoria e de riscos, os recursos oriundos de RPPS sob sua administração devem representar no máximo 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração (inciso II, § 2º, Art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021), com o objetivo de que os administradores elegíveis apresentem maior diversificação de seu campo de atuação e evidenciem reconhecida confiança e competência na administração de recursos de terceiros pelo mercado.

Vale lembrar que por meio do Ofício Circular Conjunto nº 2/2018/CVM/SIN/SPREV, a SPREV e a CVM já orientaram os gestores de RPPS e prestadores de serviço dos fundos sobre a aplicação desses critérios, com a divulgação de lista das instituições que atendem aos requisitos dos incisos I do § 2º e § 8º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada no sítio da internet da SPREV. A lista foi confeccionada com base nas informações repassadas pelo BACEN e refere-se às instituições registradas pela CVM nos termos da Resolução 21, de 25/02/2021.

Considerando que o objetivo do CMN, ao incluir esses requisitos para as aplicações dos RPPS, buscou conferir maior proteção e segurança a essas alocações, sem prejudicar a rentabilidade, os custos e a sua transparência, e que a lista das instituições que atendem aos critérios previstos nos incisos I do § 2º do art. 21 da Resolução CMN nº 4.963/2021, divulgada pela SPREV, é taxativa, entendeu-se que, a princípio, poder-se-ia aplicar as todas as instituições que operam com os RPPS um modelo mais simplificado de Termo de Análise de Credenciamento. A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS, tendo em vista que a própria Resolução CMN e a Portaria MTP nº1.467/22 tratam dos critérios mínimos de análise que devem ser observados na seleção de ativos.

Nesse contexto, a Resolução CMN nº 4.963/2021, em seu art. 1º, §5º, destaca que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

Por fim, o art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução do CMN, devem ser permanentemente observados os parâmetros gerais da gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto em seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

A título de orientação, no Termo de Credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS.

Ciente.

Assinatura do Dirigente da Unidade Gestora, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura do Gestor de Recursos do RPPS, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura de representante(s) legal(is) da instituição interessada no credenciamento, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores



Handwritten signature in blue ink.

Stamp: TABELIÃO OLIVEIRA LIMA, 15º Cartório de Notas, Bel. João Roberto de Oliveira Lima. Text: Reconhecido por SEMELHANÇA COM VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de: FELIPE GRANER e JULIANA MOREIRA KLARNET. a qual confere com padrão depositado em cartório. São Paulo/SP, 05/07/2023 - 14:39:58. Em Testemunha da verdade, Total R\$ 24,40. Etiqueta: 3708331. Seção de 144048. VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE. AF269269.

Stamp: 15º Tabelião, Av. Dr. Cardoso de Melo. Text: VALOR ECONÔMICO a(s) Firma(s) de: FELIPE GRANER e JULIANA MOREIRA KLARNET. a qual confere com padrão depositado em cartório. São Paulo/SP, 05/07/2023 - 14:39:58. Em Testemunha da verdade, Total R\$ 24,40. Etiqueta: 3708331. Seção de 144048. VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE. AF269269.

Documento Assinado por: ALAN CYNARA B NASCIMENTO em 25/07/2023 12:52:25
Documento Assinado por: MARIA NEBLINA MARAES em 09/08/2023 13:02:20

Documento assinado eletronicamente 337746/2023
AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS
Acesse: <https://www.portaldosegurado.am.gov.br/validar>
e valide o código: MZM3NZCQ

